



HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
Avenida José de Brito, nº 1015 - Bairro Setor Anhanguera
Araguaína-TO, CEP 77818-530
- <http://hdt.ebserh.gov.br/>

Edital - SEI

Processo nº 23761.005114/2024-15

Interessado: Unidade de Patrimônio, Setor de Administração

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 90001/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23761.005114/2024-15

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 07/04/2025

HORÁRIO SESSÃO PÚBLICA: 09:00 (Horário de Brasília)

LOCAL: ulc.hdt-uft@ebserh.gov.br

UASG: 155905

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, **filial Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 15.126.437/0027-82, com sede na Rua José de Brito Soares, 1015 - Setor Anhanguera, CEP: 77.818-530, Araguaína/TO, Telefone (063) 3411-6008, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local, acima indicados, realizará chamamento público para credenciamento de associação ou cooperativa de reciclagem de materiais, com fins e uso de interesse social, aptas a realizar coleta seletiva de bens patrimoniais móveis, classificados como inservíveis e irrecuperáveis, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, os preceitos de direito público e, em especial, às disposições do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, cuja minuta foi examinada e aprovada pela Assessoria Jurídica da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, em conformidade com a autorização contida no Processo - SEI nº 23761.005114/2024-15.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Chamamento Público tem por objeto credenciamento de associação ou cooperativa de reciclagem de materiais, com fins e uso de interesse social, aptas a realizar coleta seletiva de bens patrimoniais móveis, classificados como inservíveis e irrecuperáveis, com potencial para reciclagem, vinculados a carga patrimonial do Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins, durante o período de 06 (seis) meses, prorrogável por igual período.

1.2. Compreenderão os materiais recicláveis a serem coletados pela(s) associação(s) ou cooperativa(s) selecionada(s) os bens patrimoniais inservíveis com potencial para reciclagem listados no Termo de Referência - SEI, desde que devidamente autorizados através de processo de desfazimento.

1.3. Os rejeitos radioativos estão excluídos dos materiais submetidos a reutilização e reciclagem, conforme previsto no art. 1º, §2º da Lei 12.305/2010.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do processo de seleção as associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis que atendam aos seguintes requisitos:

2.1.1. Estejam formal e exclusivamente constituídos por catadores de materiais recicláveis que tenham a catção como única fonte de renda;

2.1.2. Não possuam fins lucrativos;

2.1.3. Possuam infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados;

2.1.4. Apresentem o sistema de rateio entre os associados e cooperados;

2.1.5. Não empreguem pessoas com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empreguem pessoa com idade inferior a 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de menor aprendiz com idade a partir de 14 anos;

2.2. A comprovação estabelecida nos subitens 2.1.1 e 2.1.2 será feita mediante a apresentação de estatuto ou contrato social e a comprovação referente aos subitens 2.1.3, 2.1.4 e 2.1.5 será feita por meio da declaração das respectivas associações e cooperativas (Anexos IV e V);

2.3. A participação neste processo implica a aceitação plena e irrevogável das normas constantes neste edital.

2.4. Não poderão participar desta seleção os interessados:

2.4.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.4.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.4.3. que não tenham no estatuto ou contrato social o objeto desta Licitação;

2.4.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.4.5. que se enquadrem nas vedações previstas no art. 69 do RLCE 2.0 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, quais sejam:

2.4.5.1. suspensão no âmbito da Rede Ebserh;

2.4.5.2. declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

2.4.5.3. impedida de licitar e de contratar com a União;

- 2.4.5.4. constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.4.5.5. cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.4.5.6. constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.4.5.7. cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.4.5.8. que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- 2.4.5.9. cujo administrador ou sócio seja empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;
- 2.4.5.10. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário da Ebserh;"
- 2.4.5.11. contratação, como pessoa física ou em procedimentos licitatórios, na condição de licitante, de integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou exercício na Ebserh, bem como de integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino e congêneres signatários de contratos de gestão com a Ebserh;
- 2.4.5.12. quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
- a) integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;
 - b) empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou estejam envolvidos no respectivo processo de contratação;
 - c) autoridade do Ministério da Educação;
 - d) autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.
- 2.4.5.13. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.
- 2.4.5.14. licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
- 2.4.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 2.5. Como condição para participação na seleção, o interessado apresentará declaração com o seguinte conteúdo, conforme modelos previstos nos Anexos IV, V e VI do Edital:
- 2.5.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, bem como que não se enquadra nas vedações previstas no artigo 69 do RLCE, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 2.5.2. que cumprem a Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh, cuja revisão foi aprovada pela Resolução-CA n.º 138/2021 e publicada no Boletim de Serviço n.º 1096, de 30 de junho de 2021; ii) não possuem histórico de envolvimento com corrupção ou fraude; iii) possuem controles e políticas de integridade na instituição; e iv) não são pessoas jurídicas cujos proprietários ou administradores sejam dirigentes de partido político, titulares de mandato eletivo, empregados ou administradores da empresa estatal, ou com seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau.
- 2.5.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República;
- 2.5.4. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto no inciso III do artigo 5º da Constituição da República.
- 2.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o interessado às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 2.7. Os atos formais realizados em nome das associações e cooperativas interessadas deverão ser praticados por representante legal que, devidamente credenciado, será o único admitido a intervir nas fases do procedimento de seleção e a responder pelos atos e efeitos previstos neste Edital.
- 2.7.1. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma associação/cooperativa.
- 2.8. Será verificado o enquadramento dos interessados como parte relacionada para o fim de aplicação da Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh, disponível em https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas/copy3_of_Politica_Transacoes_Partес_Relacionadas_aprovada.pdf.
3. **DA DOCUMENTAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DO CADASTRO DO REPRESENTANTE LEGAL**
- 3.1. A habilitação da associação ou cooperativa se dará pelo atendimento, durante o prazo de credenciamento e habilitação dos seguintes requisitos:
- 3.1.1. Entrega de ficha de Inscrição (original) preenchida com os dados sobre a cooperativa ou associação, conforme modelo disponibilizado no Anexo III, parte integrante deste instrumento convocatório;
- 3.1.2. Apresentação do Estatuto ou Contrato Social que comprove que a Cooperativa ou Associação esteja formal e exclusivamente constituída por catadores de materiais recicláveis e que tenham a catção como única fonte de renda; e, não possua fins lucrativos;
- 3.1.3. Apresentação de declaração que comprove que a Cooperativa ou Associação dispõe da infraestrutura necessária à realização da triagem e classificação de resíduos recicláveis descartados e que apresenta um sistema de rateio entre os associados e cooperados, conforme modelo apresentado no Anexo IV deste Edital;
- 3.1.4. Declaração que a Cooperativa ou Associação não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de menor aprendiz, conforme Modelo apresentado no Anexo V;
- 3.1.5. Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos para Licitat com a Ebserh, conforme Modelo apresentado no Anexo XI;
- 3.1.6. Declaração Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh conforme Modelo apresentado no Anexo X;
- 3.1.7. Cadastro do Representante Legal, conforme subitem 3.3 deste Edital.
- 3.2. Os atos formais realizados em nome das associações ou cooperativas interessadas deverão ser praticados por representante legal que, devidamente credenciado, será o único admitido a intervir nas fases do procedimento de habilitação e a responder por sua associação ou cooperativa para todos os atos e efeitos previstos (Anexo III deste Edital);
- 3.3. Para o Cadastro do Representante Legal, que trata o subitem 3.1.5, deverão ser atendidos, os seguintes requisitos:
- 3.3.1. Cópia da ata de eleição dos atuais representantes da associação ou cooperativa;
- 3.3.2. Cópia do documento oficial de identidade do representante legal;
- 3.3.2.1. Caso o representante legal da associação ou cooperativa necessite constituir um procurador, deve-se apresentar uma procuração pública ou particular com firma reconhecida com entrega da respectiva cópia.
- 3.4. O representante da associação ou cooperativa deverá entregar seus documentos de credenciamento juntamente com os documentos de habilitação da Cooperativa ou Associação;
- 3.4.1. A não representação ou incorreção dos documentos de Cadastro do Representante Legal, não inabilitará a associação ou cooperativa, apenas impedirá o representante de manifestar-se e responder por ela até que seja cumprido o disposto no subitem 3.3 deste Edital;

- 3.4.2. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma Cooperativa ou Associação;
- 3.4.3. Em se tratando de participação de instituições privadas, estas instituições deverão declarar que:
- 3.4.3.1. Cumprem a Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh, cuja revisão foi aprovada pela Resolução-CA n.º 138/2021 e publicada no Boletim de Serviço n.º 1096, de 30 de junho de 2021;
- 3.4.3.2. Não possuem histórico de envolvimento com corrupção ou fraude;
- 3.4.3.3. Possuem controles e políticas de integridade na instituição e;
- 3.4.3.4. Não são pessoas jurídicas cujos proprietários ou administradores sejam dirigentes de partido político, titulares de mandato eletivo, empregados ou administradores da empresa estatal, ou com seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau.
- 3.5. Os interessados em participar do chamamento público deverão encaminhar a documentação, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail ulc.hdt-uft@ebserh.gov.br, até o final do prazo previsto em edital.
- 3.6. Em caso de não apresentação ou incorreção dos documentos de cadastro do representante, a associação ou cooperativa ficará impedida de participar da sessão pública prevista no subitem 5.3;
- 3.7. Cada representante legal cadastrado poderá representar apenas uma associação ou cooperativas, e só poderá ser substituído por outro, desde que seja apresentada a documentação exigida no subitem 3.3, durante a abertura da sessão pública;
- 3.8. Serão desclassificadas as Cooperativas ou Associações que não apresentem a documentação exigida; no item 3 deste Edital;
4. **DA INSCRIÇÃO E ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO**
- 4.1. As inscrições deverão ser realizadas no período de 19 de fevereiro a 07 de abril de 2025, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail ulc.hdt-uft@ebserh.gov.br, em arquivo PDF legível.
5. **DO JULGAMENTO, DA CLASSIFICAÇÃO E DO SORTEIO**
- 5.1. Os documentos de habilitação apresentados pelas Cooperativas ou Associações serão analisados e julgados pela Comissão de Seleção de Chamamento Público do HDT, que emitirá listagem das entidades aprovadas em até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de encerramento das inscrições.
- 5.1.1. A listagem das entidades habilitadas será encaminhada aos interessados por meio do correio eletrônico, informado no momento do envio da documentação e disponibilizado no sítio eletrônico do HDT-UFT/Ebserh: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/hdt-uft>.
- 5.2. Será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de divulgação da listagem, para apresentação de recurso administrativo contra o resultado publicado, devendo ser entregue no mesmo endereço eletrônico citado no subitem 4.1 deste edital. Findo tal prazo, será divulgado no dia posterior a esta data o eventual recurso interposto.
- 5.2.1. O recurso interposto será divulgado no sítio eletrônico do HDT-UFT/Ebserh: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/hdt-uft>.
- 5.2.2. O recurso interposto será avaliado pela Comissão de Seleção de Chamamento Público do HDT, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data final do prazo do recorrente.
- 5.2.3. Após avaliação e julgamento do recurso interposto, será publicada listagem final das entidades aprovadas.
- 5.2.4. A listagem final das entidades aprovadas será encaminhada aos interessados por meio do correio eletrônico, informado no momento do envio da documentação e disponibilizado no sítio eletrônico do HDT-UFT/Ebserh: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/hdt-uft>.
- 5.3. Caso ocorra habilitação de apenas uma Cooperativa ou Associação, esta firmará Termo de Compromisso com o HDT-UFT/Ebserh, conforme Anexo VIII deste Edital, para a realização da coleta dos resíduos sólidos recicláveis descartados.
- 5.4. Havendo a aprovação de duas ou mais associações ou cooperativas, a Comissão de Seleção de Chamamento Público do HDT-UFT/Ebserh realizará sorteio para definição da ordem de classificação, em sessão pública, com a participação dos interessados.
- 5.5. Será permitido o acesso aos representantes legais das associações ou cooperativas e demais interessados, para acompanhar o sorteio.
6. **DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
- 6.1. O objeto do Chamamento será adjudicado à entidade credenciada por ato do Agente de Licitação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 6.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará a contratação direta.
7. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**
- 7.1. Até **05 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos a este edital.
- 7.2. Caberá à Comissão de Seleção de Chamamento Público do HDT decidir sobre a impugnação ou solicitação de esclarecimentos no prazo de até **03 (três) dias úteis**.
- 7.3. A impugnação ou pedido de esclarecimento poderá ser apresentado por forma eletrônica, pelo e-mail ulc.hdt-uft@ebserh.gov.br, ou por escrito, à Unidade de Licitações, no endereço constante no cabeçalho do Edital, no horário de 08:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00.
- 7.4. Quando a impugnação ou esclarecimento for enviado à Comissão de Seleção de Chamamento Público do HDT, exclusivamente por escrito ou em formato digital não editável, ele também deverá ser enviado em mídia (CD, DVD, etc) nos formatos Word (.doc ou .docx) e PDF (.pdf).
- 7.5. Não serão conhecidas as impugnações ou pedidos de esclarecimentos interpostos após os prazos previstos no subitem **6.1**, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no subitem **6.4** deste Edital.
- 7.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 7.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 7.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão de Seleção de Chamamento Público do HDT, nos autos do processo de licitação.
8. **DA ENTIDADE SELECIONADA**
- 8.1. A entidade selecionada em primeiro lugar deverá firmar Termo de Compromisso com o HDT-UFT/Ebserh, conforme modelo do **Anexo VIII**;
- 8.2. A vigência do Termo de Compromisso será de **06 (seis) meses, prorrogáveis por igual período**;
- 8.3. O prazo da vigência do Termo de Compromisso poderá ser prorrogado por mais 06 (seis) meses, desde que não haja circunstâncias que desqualifiquem o trabalho da associação ou cooperativa e que não haja outras cooperativas habilitadas e interessadas.
- 8.4. Após o término do Termo de Compromisso com a primeira classificada, o Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins poderá convocar as demais entidades sorteadas, obedecendo a ordem de classificação, para assinatura de novo Termo de Compromisso, nas mesmas condições do anterior.
9. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**
- 9.1. Não haverá a transferência de recursos financeiros entre as partes para a execução do Termo de Compromisso, sendo que a consecução das ações previstas correrá à conta do orçamento próprio de cada partícipe, na medida de suas obrigações.

10. DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS COOPERATIVAS OU ASSOCIAÇÕES

10.1. Serão desclassificadas as Cooperativas ou Associações que não apresentem a documentação exigida no item 3 deste Edital.

11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. As obrigações da contratante e da contratada são as estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital)

12. DAS PENALIDADES

12.1. Comete infração administrava, sujeita à sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal, o licitante que:

12.1.1. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.2. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

12.1.3. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou, se for o caso, da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. apresentar documentação falsa exigida para o certame;

12.1.6. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

12.1.7. não manter a proposta; e

12.1.8. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei n.º 12.846/2013.

12.2. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o devido processo legal ao licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 13.303/2016, no RLCE 2.0, na Norma Operacional - SEI n.º 7/2023/DAI-EBSERH, aplicando-se subsidiariamente a Lei n.º 9.784/1999.

12.3. A autoridade competente para a aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

12.4. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, for identificada a prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/2013, será aberto processo relacionado para levantamento preliminar dos indícios vislumbrados, com elaboração de relatório circunstanciado acerca do tema e posterior remessa à Corregedoria-Geral para tratamento nos termos do Decreto n.º 11.129/2022.

12.5. O processamento do PAR ou a negociação de acordo de leniência não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à administração pública federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.6. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Punidas, de que trata a Lei n.º 12.846/2013.

12.7. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no termo de referência, anexo a este Edital.

13. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

13.1. O processo seletivo somente poderá ser revogado, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado, ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado para conhecimento dos participantes;

13.2. O HDT-UFT/Ebserh poderá, a qualquer tempo, prorrogar os prazos de recebimento dos documentos de inscrição ou da divulgação do resultado de julgamento;

13.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção de Chamamento Público do HDT-UFT/Ebserh;

13.4. A celebração de Termo de Compromisso não acarretará qualquer vínculo empregatício entre o HDT-UFT/Ebserh e a Cooperativa ou Associação selecionada ou com seus cooperados ou associados;

13.5. Em caso de rescisão do Termo de Compromisso, o HDT-UFT/Ebserh convocará as demais entidades sorteadas, obedecendo a ordem de classificação, para assinatura de novo Termo de Compromisso;

13.6. A participação das Cooperativas ou Associações neste processo de seleção implica em aceitação de todos os termos deste Edital;

13.7. Dada a natureza do serviço, objeto do presente edital, qualquer mudança no Termo de Compromisso deverá ser submetida, para sua fiel observância, à aprovação do Colegiado Executivo do HDT-UFT/Ebserh.

14. DOS ANEXOS

14.1. Integram este Edital, os seguintes Anexos:

14.1.1. **Anexo** – Termo de Referência - SEI (SEI nº 46216329)

14.1.2. **Anexo** – Minuta do termo de compromisso;

14.1.3. **Anexo I** – Cronograma de eventos do procedimento de seleção para credenciamento;

14.1.4. **Anexo II** – Ficha de Inscrição da Cooperativa/Associação e dados do representante legal;

14.1.5. **Anexo III** – Declaração de condições de habilitação;

14.1.6. **Anexo IV** – Declaração que não emprega menor ou adolescente;

14.1.7. **Anexo V** – Formulário de prestação de contas das cooperativa ou associação de catadores;

14.1.8. **Anexo VI** – Notificação de ocorrência;

14.1.9. **Anexo VII** - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

14.1.10. **Anexo VIII** Declaração Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh;

14.1.11. **Anexo IX** - Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos para Licitar com a Ebserh.

15. A CONTRATADA SE COMPROMETE, EM RELAÇÃO À LEI N.º 13.709/2018 (LGPD), AO SEGUINTE:

15.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

15.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

15.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);

15.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

15.1.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

15.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;

- 15.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- 15.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.
- 15.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:
 - 15.2.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;
 - 15.2.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;
 - 15.2.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;
 - 15.2.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

(Assinado eletronicamente)
Felipe Cunha de Lório
Analista Administrativo
HDT-UFT/Ebserh

ANEXO I - CRONOGRAMA DE EVENTOS DO PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

EVENTO	DATA
1. Período de entrega dos documentos de habilitação. Os interessados em participar do chamamento público deverão encaminhar as documentações por meio do correio eletrônico: ulc.hdt-uft@ebserh.gov.br .	18/02/2025 a 06/04/2025
2. Divulgação das associações/cooperativas habilitadas A listagem das entidades habilitadas será encaminhada aos interessados por meio do correio eletrônico, informado no momento do envio da documentação e disponibilizado no sítio eletrônico do HDT-UFT/Ebserh: https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/hdt-uft/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/chamamentos-publicos-1	até 05 dias úteis a contar da data do encerramento das inscrições
3. Período de interposição de recursos à comissão para julgamento. Encaminhar as documentações por meio do correio eletrônico: ulc.hdt-uft@ebserh.gov.br .	03 dias úteis a contar da divulgação da listagem das entidades habilitadas
4. Divulgação dos resultados dos recursos. Será Disponibilizado no sítio eletrônico do HDT-UFT/Ebserh: https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/hdt-uft .	10 dias úteis contados da data final do prazo do recorrente
5. Publicação de listagem final das entidades aprovadas A listagem final será encaminhada aos interessados por meio do correio eletrônico, informado no momento do envio da documentação e disponibilizado no sítio eletrônico do HDT-UFT/Ebserh: https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/hdt-uft .	A listagem final será encaminhada aos interessados por meio do correio eletrônico, informado no momento do envio da documentação e disponibilizado no sítio eletrônico do Hdt@Uft/Ebserh: https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/hdt-uft
6. Realização de sessão pública com a(s) associação(ões) ou cooperativa(s) habilitada(s). A data e horário da realização do sorteio serão informados quando da publicação da listagem final das instituições aprovadas.	A data e horário da realização do sorteio serão informados quando da publicação da listagem final das instituições aprovadas

A entidade selecionada em primeiro lugar será convocada para firmar Termo de Compromisso com o Hdt-Uft/Ebserh, conforme modelo do Anexo VIII.

ANEXO II – FICHA DE INSCRIÇÃO DA COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO E DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

DADOS DA COOPERATIVA	
NOME: _____	
CNPJ: _____	
ENDEREÇO: _____ _____	
TELEFONES: _____	E-MAIL: _____
DATA DA CONSTITUIÇÃO DA ENTIDADE: _____	VEÍCULO PRÓPRIO PARA COLETA: () Sim () Não
QUANTIDADE DE COOPERADOS/ASSOCIADOS: _____	TIPO DE VEÍCULO PARA COLETA () Caminhão () Caminhonete () Outros – especificar: _____
POSSUI SEDE PRÓPRIA: () Sim () Não	() Nenhum
CONDIÇÕES DO LOCAL DE TRABALHO:	
() Área a céu aberto	() Galpão com cobertura
() Possui pavimentação	() Possui instalações elétricas
() Possui instalações hidráulicas	() Possui alvará de funcionamento
OBSERVAÇÕES: _____ _____ _____	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL	
NOME: _____	
IDENTIDADE: _____	CPF: _____
ENDEREÇO: _____ _____	
TELEFONES: _____	E-MAIL: _____
Nome legível e SIAPE do servidor que recebeu a documentação _____	

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A (nome da associação/cooperativa), inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede no endereço cidade de _____, no estado xxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representado pelo Senhor(a) _____ portador(a) do RG nº _____, DECLARA expressamente que possui infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos materiais recicláveis descartados pelo Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, **filial HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS - HDT-UFT**, bem como apresenta o sistema de rateio entre os associados e cooperados, de acordo com os requisitos previstos no EDITAL DE HABILITAÇÃO DE COOPERATIVAS E/OU ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE RESÍDUOS REICLÁVEIS PARA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA, publicado em XX/XX/XX.

Araguaína, _____ de _____ de 2025

Assinatura do representante legal

ANEXO IV - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR OU ADOLESCENTE

A (nome da associação/cooperativa), inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede no endereço xxxxxxxxxxxxxxxx na cidade de xxxxxxxx, no estado xxxxxxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal o(a) Senhor(a) _____ portador(a) do RG nº _____, DECLARA para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 e inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que **não emprega pessoa com idade inferior a dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega pessoa com idade inferior a dezesesseis anos.**
Ressalva: emprega pessoa, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

Araguaína, _____ de _____ de 20xx

Assinatura do representante legal

ANEXO V - FORMULÁRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO DE CATADORES

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL COLETADO	QUANTIDADE COLETADA	PREÇO UNITÁRIO

--	--	--	--

Descrever e demonstrar a forma de aplicação dos recursos no desenvolvimento social da COOPERATIVA e de seus associados.

Observações: Emitir em papel timbrado
Deve ser assinado pelo representante da entidade

Araguaína, de de 20xx

Assinatura do representante legal

ANEXO VI - NOTIFICAÇÃO DE OCORRÊNCIA

NOTIFICAÇÃO DE OCORRÊNCIA Nº /HDT-UFT/Ebserh/20__

A Comissão de Seleção de Chamamento Público do HDT, NOTIFICA Vossa Senhoria a solucionar as pendências citadas nesta Notificação de Ocorrência no prazo de XX horas contado a partir do recebimento deste documento, sob pena das sanções previstas no Termo de Compromisso nº XX/20XX.

Notificado:
Fundamentação Legal:
Data da Ocorrência:
Área ou Setor de Ocorrência:
Descrição da Ocorrência:

Dê-se ciência e cumpra-se.

Araguaína, de de 20xx

Responsável pela notificação xxxxxxxxx
Presidente da Comissão de Seleção de Chamamento Público do HDT,
Portaria-SEI nº 113, de 2 de outubro de 2024.

ANEXO VII - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

1. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

- 1.1. Em razão do objeto contratado e para seu cumprimento, a CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis em nome da CONTRATANTE, nos termos do inciso VII, do artigo 5º e artigo 39, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 1.2. A CONTRATADA deve cumprir as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, bem como das políticas e normas internas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sobre o tema (disponíveis em www.ebserh.gov.br), implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais.
- 1.3. O tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA será limitado às atividades estritamente necessárias para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, ao exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.
- 1.4. O tratamento de dados pessoais só poderá ser realizado pela CONTRATADA durante o prazo previsto para a execução do objeto contratado.
- 1.5. É vedado à CONTRATADA o compartilhamento dos dados pessoais com outras pessoas jurídicas ou físicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou regulamentares necessárias para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual ou com a prévia autorização da CONTRATANTE.
- 1.6. Nas hipóteses de compartilhamento previstas no item anterior, a CONTRATADA assume toda a responsabilidade decorrente da operação realizada, especialmente no que diz respeito à observância da adequada proteção e resguardo aos direitos dos titulares originais.

2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 2.1. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus colaboradores das obrigações deste instrumento e do compromisso assumido com a proteção de dados pessoais, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
- 2.2. A CONTRATADA se comprometerá a autorizar o tratamento de dados pessoais apenas às pessoas que assinem termo de sigilo e confidencialidade, que deve ter vigência pelo prazo de execução contratual e 10 anos após o seu término.
- 2.3. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, deverá ser realizada após prévia aprovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção, guarda e gestão dos termos de consentimento.
- 2.4. O armazenamento dos dados pessoais objeto de tratamento pela CONTRATADA em razão do presente contrato deve respeitar as premissas, políticas e especificações técnicas, além de estar adequado e alinhado com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.
- 2.5. Quando a natureza dos dados objeto de tratamento exigir, seu armazenamento deverá ocorrer em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas, controle de acesso apenas a pessoas autorizadas e transparente identificação do perfil dos credenciados, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros, exceto com autorização da CONTRATANTE.
- 2.6. A eventual transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para fins do previsto no item anterior, deverá atender ao disposto nos artigos 33, 34, 35 e 36, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, e às seguintes regras:
- a. a legislação do país para o qual os dados foram transferidos deve assegurar o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;
 - b. os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;
 - c. o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável, que não viole as disposições pertinentes do Brasil;
 - d. deve ser oferecida garantia suficiente em relação às medidas técnicas e organizacionais, que deverão ser especificadas formalmente à CONTRATANTE, sendo que a CONTRATADA não deve compartilhar com terceiros dados que lhe sejam remetidos;
 - e. as medidas de segurança devem ser adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados (especialmente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede), e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, bem como devem assegurar um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;
 - f. o tratamento de dados pessoais deve ser realizado em nome da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato, sob pena de suspensão da transferência de dados pessoais e/ou rescisão do contrato;
 - g. as respostas às solicitações da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares devem ser rápidas e adequadas.
- 2.7. A CONTRATADA deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em nome da CONTRATANTE.
- 2.8. A CONTRATADA enviará todos os dados e informações solicitadas pela CONTRATANTE necessários à resposta aos titulares de dados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser prorrogado em situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pela CONTRATANTE.
- 2.9. A CONTRATADA cumprirá, de imediato, as solicitações da CONTRATANTE para cumprimento de requerimento do titular dos dados pessoais referente aos direitos previstos no artigo 18 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, tais como correção, eliminação, anonimização ou bloqueio dos dados.
- 2.10. A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, bem como permitirá e contribuirá, quando necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela CONTRATANTE ou por auditor externo por esta designado.
- 2.11. A CONTRATADA, quando necessário e solicitado pela CONTRATANTE, encaminhará informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais relacionado às atividades objeto deste contrato que demandam o tratamento de dados pessoais, observando-se o seguinte:
- a. a solicitação de informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais será feita por escrito à CONTRATADA;
 - b. as informações deverão ser repassadas ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 2.12. A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de segurança, entendido como evento adverso confirmado, tal como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, devendo seguir as orientações da CONTRATANTE.
- 2.13. A CONTRATADA, quando for de sua responsabilidade, tomará as medidas necessárias para cessar e/ou minimizar os danos decorrentes da violação de dados pessoais, respondendo administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais objeto de tratamento em decorrência da execução contratual.
- 2.14. Encerrada a vigência do contrato e/ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e restituirá à CONTRATANTE os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), ressalvada instrução expressa sobre a eliminação, bem como a possibilidade de sua conservação, nos termos do art. 16 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 3. DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 3.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.
- 3.2. Em caso de autorização da subcontratação, a CONTRATADA permanecerá totalmente responsável perante a CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações da empresa subcontratada, especialmente pelas obrigações de proteção dos dados pessoais.
- 4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 4.1. A CONTRATANTE se compromete, em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais compartilhados pela CONTRATADA para cumprimento de obrigações previstas neste contrato, a observar as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 e regulamentos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DA EBSERH

Referência/objeto: Chamamento Público nº 01/2023: Credenciamento de Associação ou Cooperativa de reciclagem de materiais, com fins e uso de interesse social, aptas a realizar a coleta seletiva de bens patrimoniais móveis classificados como inservíveis e irrecuperáveis.

Em atenção ao art. 15, parágrafo único da POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DA EBSERH, a fim de afastar interesses secundários, declaro que essa empresa não possui em seu quadro de administração, pessoa com influência relevante ou envolvida em decisão de interesse exclusivo da Ebserh. Segue abaixo quadro com relação de administradores da empresa:

Nome do Administrador	CPF

DADOS DA EMPRESA:

Nome: _____

Endereço: _____ CEP: _____

Telefone: _____ e-mail: _____

CNPJ: _____

Local e data.

Nome completo
Cargo/ Representante Legal

ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA LICITAR COM A EBSERH

Razão Social:....., inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida no endereço, através de seu representante legal, o(a) Sr.(a), portador da cédula de identidade de RG nº, inscrito no CPF sob o nº, DECLARA, sob as penas da lei, que inexistem impedimentos para licitar e contratar com a Ebserh, em especial as hipóteses previstas no art. 19, *caput* e § 1º, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh¹.

Local e data.

Nome completo
Cargo/ Representante Legal

1 Art. 19 Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh a empresa:
I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado,

servidor cedido ou em exercício na Ebserh;

II - suspensão pela Ebserh;

III - declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea. Parágrafo único. Aplica-se a vedação prevista no caput:

I - à contratação das pessoas elencadas no inciso I do caput, como pessoa física, bem como à participação delas em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II - à contratação de empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh;

III - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;

b) empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) autoridade do Ministério da Educação;

d) autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

IV - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.

I - à contratação das pessoas elencadas no inciso I do caput, como pessoa física, bem como à participação delas em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II - à contratação de empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh;

III - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;

b) empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) autoridade do Ministério da Educação;

d) autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

IV - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Cunha De Lirio, Analista Administrativo**, em 17/02/2025, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **46980406** e o código CRC **84117484**.